

Morte entre os Caingangues

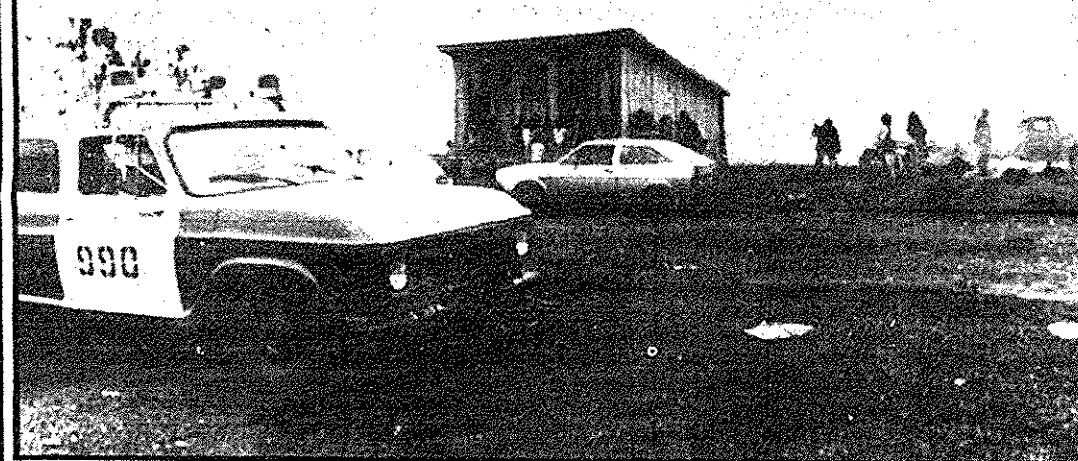
Brancos armaram índios.

E pode haver intervenção

- 1 Delegado da Funai prevê este desfecho para acabar com conflito na área
- 2 Prefeito de Miraguaí e comandante da Brigada de Três Passos defendem intervenção
- 3 Índios estavam calmos ontem e aproveitaram para enterrar os cinco mortos
- 4 Duas facções acusam: brancos forneceram armas de fogo para a batalha
- 5 Solução final para o conflito será decidida pelo presidente da Funai, em Brasília



O grupo do cacique Domingos Ribeiro (foto menor) saiu vitorioso na Guarita, agora policiada pela Brigada Militar



Ontem foi dia de tristeza na reserva de Irapuá. Os índios enterraram seus mortos

É bem provável que o desfecho oficial da batalha registrada na tarde de quinta-feira em Guarita seja a intervenção federal na área indígena. Ao chegar em Miraguaí ontem à tarde, o delegado regional da Funai, Severino De Toni, admitiu a idéia da intervenção se houver concordância por parte dos índios. Antes mesmo de ouvir as lideranças indígenas, disposto a marcar uma longa reunião noturna que conduziria a uma solução para o explosivo clima das reservas de Guarita e São João do Irapuá, o delegado revelava que faria um dossiê especial a ser encaminhado ao presidente da Funai, em Brasília, que por sua vez deveria consultar o Presidente da República para oficializar a intervenção federal.

Anunciando a abertura de um inquérito pela Polícia Federal, que remeteu três agentes de Santo Ângelo a Miraguaí, De Toni negava-se a oficializar qualquer decisão sem consultar os índios e o presidente da Funai, a quem telefonaria de Três Passos depois de reunir-se à noite com os caciques Domingos Ribeiro e Ivo Sales.

Domingos, o cacique de Guarita, já tinha se manifestado a favor da intervenção, nas entrevistas concedidas à imprensa ontem. "O Exército tem que tomar conta da re-

serva, não há outro jeito de se acabar com esta guerra", disse ele lastimando a tragédia na qual contabilizou seis feridos em sua comunidade contra cinco mortos e sete feridos na área comandada pelo cacique Ivo.

O próprio prefeito de Miraguaí, Jorge Porolznick dos Santos, defendia ardorosamente a intervenção acompanhada da extinção dos cargos de cacique das duas reservas. Do mesmo modo, o comandante da Brigada Militar de Três Passos, coronel Carlos Henrique Brefan, acreditava que intervenção era a única solução para eliminar as ameaças dos conflitos armados entre os caingangues. "A gente conversa com eles, eles acatam, a gente vira as costas e eles descumprem o prometido", argumentava o coronel Brefan junto a De Toni. "Não dá para confiar na palavra deles e com estes incidentes ficou comprovado que os índios não possuem condições de se autodeterminar".

GRITOS DE MULHERES

Enquanto as autoridades discutiam o melhor destino para os índios, na tarde de ontem, a comunidade de São João de Irapuá enterrava seus cinco mortos em meio a gritos das mulheres que acompanhavam o cortejo levando os caixões até o cemitério indígena. O cacique Ivo Sales Ribeiro, desaparecido desde a tarde de quinta-feira não compareceu aos enterros, mas membros de seu estado-maior que sustentam uma hierarquia nos moldes militares diziam que ele estava na área. Como normalmente apenas Ivo fala em nome da comunidade, os oficiais do seu estado-maior entregaram aos jornalistas, durante o enterro, uma declaração escrita na qual asseguraram que foi a comunidade que decidiu ir até a reserva da Guarita após o meio-dia de quinta-feira, quando começou a batalha armada.

Com a clara intenção de retirar a responsabilidade do cacique Ivo, evitando punições, os índios declararam que foram à Guarita, invadindo os domínios de Domingos porque já estavam cansados de ouvir propostas feitas pela comunidade do cacique.

que Domingos Ribeiro. "Chegando na Guarita", diz a declaração, "pedimos calma para que pudéssemos nos entender num simples diálogo, enquanto isso alguns índios da Guarita começaram a atirar com revólveres. Para nos defendermos também começamos a lutar".

Depois de entregar esta mensagem aos jornalistas, o coronel indígena Lourenço Bento, tio de Sérgio Bento, que morreu durante a luta, acusou o agricultor Armino Tirlone, de Tenente Portela, de ter fornecido 50 revólveres, cinco espingardas Winchester e 30 quilos de munição aos indígenas de Domingos Ribeiro.

Se os caingangues de Irapuá mencionam a participação de homem branco nos acontecimentos bélicos, os da Guarita devolvem na mesma moeda afirmando que o comerciante Arceu Meira, de Miraguaí, acompanhava os índios que atacaram os domínios de Domingos Ribeiro.

Acusações aos brancos à parte, sabe-se com certeza que a batalha começou por volta das 12h15min de quinta-feira, quando três caminhões carregados com cerca de 150 índios de Irapuá, seguidores de Ivo Sales, atingiram a entrada da área da Guarita. O coronel de Domingos Ribeiro, José Gláudio, adiantou-se desarmado para saber o que os índios de Ivo queriam em seu território. Depois de um áspero diálogo com o major Laurindo Emílio, viu seu inimigo sacar e um revólver e desferir dois tiros que não atingiram o alvo. O coronel correu para abrigar-se ao mesmo tempo e ouvia começar o tiroteio seguido de gritos de dor. Comandados pelo ex-soldado da Brigada Militar, o índio Francisco Ribeiro, os indígenas da Guarita dispararam certamente matando quatro inimigos durante o combate. "Quando viram que não podiam com a gente eles fugiram", contou Domingos "e a batalha terminou logo".

COMEÇO DA BATALHA

José Pinto, o índio aliado de Domingos, que morava sobre a divisa das duas reservas conta que foi o preso dois dias antes da batalha.

"O Ivo estava preparando a invasão desde terça-feira, quando me prendeu para eu não contar nada para o Domingos", disse José. "Na quinta-feira me tiraram da cadeia e me obrigaram a vir junto no ataque, mas eu não lutei e fiquei ao lado de Domingos".

Na verdade a batalha não começou na quinta-feira quando houve o choque armado, nem na terça-feira quando José Pinto foi providencialmente preso. Talvez não tenha começado nem no domingo anterior quando houve uma pequena invasão na Guarita por parte de oito índios de Ivo Sales que tentaram se infiltrar na reserva.

Como tinha acontecido um casamento, sábado à noite, na Guarita, os oito índios de Ivo encontraram apenas os velhos acordados, na manhã de domingo. Apresentaram

ao coronel Laurindo um documento segundo o qual Ivo liberava-os de sua área para que integrassem as fileiras de Domingos. Só que o coronel Laurindo é analfabeto e pediu ao filho Gabriel para ler o documento. Imediatamente Gabriel percebeu que o papel era uma improvisada imitação, sem assinatura do cacique e nem a do chefe do posto da Funai. Então, os índios falsários foram corridos a bofetões, da reserva.

Na verdade as causas da batalha devem ser procura-

das nos acontecimentos de janeiro deste ano, quando a reserva de 23 mil hectares e 2.600 indígenas foi dividida ao meio, estabelecendo-se dois cacicados que brigavam basicamente pela exploração da preciosa madeira da região e pelos arrendamentos das férteis terras indígenas. Na época previa-se que, quando Ivo Sales verificasse que tinha sido logrado no trato de divisão proposto por Domingos, que ficou dominando a região das matas, os conflitos voltariam à área. Os arrendamentos, além

de ilegais, são praticados em épocas de safra, constituindo rendimentos passageiros com valores oscilando conforme o bom ou mau rendimento da planta. A madeira, ao contrário, convive com o mercado valorizado e estável. A Funai concorreu exclusivamente com a divisão da área na época. E agora terá que encontrar uma solução rápida para impedir que aumente o número de cadáveres colecionados na reserva, testemunhando o triste destino de assassinatos entre irmãos da mesma raça caingangue.



Dois dos mortos da Guarita

Interesse econômico, a causa do conflito

Difícilmente a Fundação Nacional do Índio (Funai) conseguirá resolver o violento conflito armado entre os dois caciques caingangues — Ivo Ribeiro, da reserva do Irapuá, e Domingos Ribeiro, da Guarita — se não mexer no cerne do problema: que são os interesses econômicos dos brancos dentro das duas reservas indígenas, que vem se enraizando ao longo de 30 anos, primeiro com a madeira e depois com a terra para plantar a soja. Atualmente, a voz dos grupos de brancos que estão envolvidos ou com o arrendamento clandestino de terras para o plantio ou com a venda ilegal de madeira é forte suficiente para determinar quem eles querem de cacique.

A Funai tem consciência de que precisa mexer na ferida. Mas não o faz. E por que não faz? A resposta para esta pergunta pode ser vista no estado de miséria absoluta em que vivem os caingangues — faltam remédios, roupas, ferramentas agrícolas, técnicos, escolas especializadas, posto de saúde e alimentação. A reclamação de que as verbas destinadas para a manutenção da tribo são insuficiente é uma constante na reserva. Então o dinheiro oficial, que é curto para a sobrevivência da tribo, é complementado com a venda ilegal de madeira e com arrendamentos clandestinos.

Portanto, dificilmente os planos para acabar com a influência dos grupos econômicos de brancos dentro da reserva sairão do papel, porque a Funai precisa desse minguado dinheiro que vem dessas transações ilegais para manter os índios de barriga cheia.

O PODER DOS ARRENDATÁRIOS

O arrendamento de terras a brancos não só é do conhecimento da Funai, como ela possui um levantamento detalhado com nomes, endereços, número de hectares e preços pagos dos colonos e granjeiros que alugam a terra dos índios da reserva do Irapuá — onde se concentram o maior número de hectares arrendados. Em Irapuá existe em poder do agente da Funai Lidio Della Betta um documento detalhado que aponta a existência de exatamente 238 pe-

quenos arrendatários na área. Mas ele admite que este número possa tranquilamente chegar a 300.

Estes 300 arrendatários são no entanto, rala miúda. O que a Funai não mostra, e não gosta que falem é a respeito dos grandes granjeiros que possuem terras na região — ainda do tempo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) — e que pagam uma quantia irrisória pelo aluguel da terra. A nominata é a seguinte: Arnaldo Nilo Rover, do município de Redentora, arrenda 200 hectares na reserva; Engênio Rover, da mesma cidade, possui mais de 200 hectares; Benjamin Schwantz, de Tenente Portela, arrenda 180 hectares; a família Schaepp, do mesmo município, tem 100 hectares e a família Scharneski, de Redentora, possui uma área superior a 400 hectares, dentro da reserva indígena.

Estes possesores são pessoas que tem grande influência política na região, tanto no partido governista como nos de oposição.

E são responsáveis diretamente pela entrada de novos grilheiros na área. Inclusive, entusiasmasam este tipo de ação, em especial em período pré-eleitoral. Mas por que a Funai protege estes arrendamentos do tempo do SPI?

Uma das razões dessa proteção é o serviço que estas pessoas prestam à reserva — como pequenos empréstimos para os índios, alcançam alguns medicamentos e outros pequenos quebra-galho — tirando a responsabilidade das costas da Funai.

A paga exigida pelos possesores da área indígena em troca desses pequenos serviços — que é a cumplicidade da Funai — já começa a gerar problemas internos. Porque eles estão influenciando diretamente na escolha do cacique. Ivo Ribeiro só não deixou o poder, totalmente, em janeiro, para Domingos Ribeiro, porque tinha o apoio desse grupo de brancos. Mas quando ele começou a alardear que ia limpar a reserva de brancos, caiu em desgraça e a briga pelo poder reiniciou, novamente de forma violenta.

Uma terra onde a moeda corrente é a tora de madeira

A moeda corrente na reserva da Guarita são as pesadas toras de madeira de lei que servem para pagar as contas dos índios junto ao comércio da região. Elas são comercializadas clandestinamente — embora com o conhecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) — com as serrarias, que se amontoam ao redor da reserva. A Guarita é a reserva onde existe o maior número de árvores — na briga de janeiro ficou com o cacique Domingos Ribeiro. O Irapuá, do cacique Ivo Ribeiro, é onde existem os lotes de terras que são arrendados.

Até 1981, a retirada da madeira da Guarita era feita às claras — quem fez esta lembrança foi o padre Luiz José Hass, pároco da Igreja de Miraguaí — porém, devido às pressões feitas por entidades de apoio aos indígenas, (como o Conselho Indigenista Missionário), a Funai impede que os caminhões que saiam com as toras da Guarita passem pelo centro de Miraguaí: eles deviam tomar as estradas secundárias das colônias.

Mas, por que a Funai concorda e até acoberta o roubo da madeira dos indígenas? Pela mesma razão que permite o arrendamento legal de terras: pelo dinheiro que entra e impede que os índios se revoltem contra as precárias condições de vida. Inclusive, recentemente, o funcionário da Funai, Albertino Pereira Soares Filho, na administração da Associação dos Produtores da Guarita, gastou no comércio Cr\$ 30 milhões e não pagou a conta. Pela legislação brasileira, o índio é considerado incapaz para gerir a sua própria vida; não pode assumir dívidas, e nem mesmo, fazer associações que promovam transações comerciais. A madeira da reserva foi apontada pela Funai como solução para sair junto aos fornecedores o débito feito criminosamente pelo seu empregado.

Vistas grossas A Funai tem dossiê de quem, como e onde estão sendo roubadas as madeiras na reserva da Guarita. Tem mais: a Funai sabe quem são os principais receptores de madeira roubada na região. A Polícia Federal também sabe disso. Um graduado funcionário do Instituto Brasileiro de De-

senvolvimento Florestal (IBDF) — que é órgão encarregado de fiscalizar o abate e o comércio de madeira no território nacional — confirmou que, em investigações feitas recentemente, foi apurado que, num caminhão com três gigantescas toras de madeira de lei, o índio que fez o negócio recebeu Cr\$ 70 mil. O comprador provou que tinha pago Cr\$ 300 mil. Quem ficou com o troco?

O mesmo IBDF tem um grosso volume do processo contra a Prefeitura Municipal de Redentora em que a acusação é ter recebido um caminhão de toras de madeira por ceder uma professora primária à reserva indígena. Esta madeira foi vendida à Serraria Cessetin Ltda., pelo Executivo Municipal. Acontece que o prefeito municipal, José Morilo Cessetin, do PMDB, é filho do dono da empresa, o Emílio Cessetin. A Serraria foi multada em Cr\$ 1 milhão e 700 mil e a Prefeitura foi intimada a apresentar um comprovante da procedência da madeira.

Mas não é só a família Cessetin que está envolvida com recepção de madeira roubada. Existe o comerciante de Tenente Portela, Amândio Rodrigues de Almeida, que já foi pego mais de duas vezes roubando madeira na reserva indígena. Na última vez ele se socorreu do promotor público de Tenente Portela, Paulo Chidid, que tentou relaxar o flagrante. Não o conseguiu.

Estes grupos que vivem do roubo da madeira na reserva da Guarita se articulam com os homens de confiança do cacique Domingos Ribeiro — na realidade, eles formam uma espécie de governo paralelo da reserva — e o Cacique servirá enquanto se mantiver à parte dos negócios. Mas nem para os arrendatários e nem para os ladrões de madeira, o clima de guerra na reserva, por muito tempo, é bom negócio, porque chama a atenção. Portanto, não será surpresa se estes dois grupos surgirem com um terceiro nome para cacique absoluto das duas reservas. Na realidade, quando a Funai cedeu aos interesses econômicos dos brancos dentro do Irapuá e da Guarita, transformou a tribo dos Caingangues em duas poderosas quadrilhas.

Por Carlos Wagner

Mendes Ribeiro

Elogios fora, vale a pena

Recebo uma carta.

Tenho vontade de publicar. Muitos elogios.

Não quero passar por mais vaidoso do que sou. Porém, se corto, desfiguro. Corro o risco. Não é por vaidade. Inobstante, se quiserem pensar que é, tudo bem. Notem, é o que peço, como fala alguém do povo. Com que frieza e realidade e como sente pulsar a crise.

Amigo Aristeu (que eu não conheço), a coluna é sua.

Da outra vez (pode voltar) corte as frases que agradeço e será bem aceito.

Que outra ajuda posso dar, não acha?
Diz assim (sic):

"Escrevo esta carta porque sei da coragem jornalística com que V.S. enfrenta os fatos. Leio diariamente sua coluna em Zero Hora e me habituei a admirá-lo por sua honestidade e bravura, ao tratar dos mais diversos assuntos. Até hoje, a classe dos servidores públicos não tem ninguém que lhe dê apoio. É o que aqui estou pedindo.

Na semana da Páscoa, os servidores públicos federais tiveram a mesma alegria das 'criancinhas do Pelé': recebemos uma circular desejando-nos uma 'Feliz Páscoa'. Fizemos dessa circular o mesmo que fizeram as criancinhas pobres do Brasil, ao ganharem o milésimo gol de Pelé. Nada!

A situação do servidor federal é de calamidade. Estamos nos mudando para malocas na periferia da cidade, nossos filhos não têm o que comer, não temos o que vestir, nem dinheiro para condução ao trabalho. O Serviço Público Federal sofrerá, se é que já não está sofrendo, as consequências do que o Governo está plantando. O serviço prestado é ruim, e não há um chefe de seção que possa exigir algo melhor de seus funcionários insatisfeitos, revoltados e com fome em seus lares.

O ambiente em qualquer repartição é de revolta e desespero. Quando acontecimentos como os de São Paulo explodem, não são algo de repente: a sua formação é lenta, contida, inconsciente, reprimida até pelos mais afoitos. Mas também é um fenômeno que ocorre violento, duro e que não pode ser evitado nem pelos mais calmos. Porque quando a fome ronda os lares daqueles que sempre trabalharam e que não querem ser ladrões e assaltantes, não há força que possa impedir um ato, que nada mais é que o instinto de sobrevivência.

O servidor público federal é o mais esmagado pela política econômica do Governo. Diretamente ligado a este, que é ao mesmo tempo seu patrão e seu carrasco, não tem ninguém a quem apelar.

Crela-me seu eterno admiradorTM.

Aristeu Segalla

Em OSÓRIO, saiba onde
anunciar em sua ZERO HORA.

HEREDIO RAULINO,
rua Costa Gama, 365
fone: 663-1207.

**zero
hora**

Morte entre os caingangues

Anaí vai interpelar Funai judicialmente

Entidade considera órgão responsável pelo violento conflito

O presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ), Júlio Gaiger, responsabilizou diretamente a Fundação Nacional do Índio (Funai) pela morte de sete índios caingangues e os 20 feridos que foram hospitalizados após a violenta briga entre os caciques Ivo Ribeiro, da reserva do Irapuã, e Domingos Ribeiro, da Guarita. Disse que, ao contrariar todos os pareceres, em janeiro, a Fundação resolveu dividir a reserva em duas, estava na realidade ligando uma bomba de tempo.

Gaiger disse que basta de ficar somente na troca de correspondência áspera e de acusações à Funai pelos jornais. Ele vai entrar com uma ação de interpelação judicial exigindo que a Fundação esclareça de público porque, contrariando a própria lei, dividiu a reserva.

Lembrou que, demagogicamente, a Funai trouxe a Porto Alegre os dois caciques para dizer que estava tudo bem nas reservas, enquanto todo mundo tinha conhecimento que era uma questão de tempo a briga estourar novamente. Acusou a Fundação de ter distribuído, na Páscoa, nas reservas indígenas, um folheto onde dá a entender que os seus princípios no trato com os índios são os mesmos que os do Papa João Paulo II em relação aos povos da América Central.

O Presidente da ANAÍ afirmou, ontem, que, no final do dia, deveria rumar para a área onde está acontecendo o conflito.



O enterro dos índios Caingangues ontem na reserva de Irapuã

Os mortos e feridos

Ernesto Fougé pode morrer. Jesus Greá também. Ernesto foi transferido do Hospital de Tenente Portela para um dos mais bem equipados em Santo Ângelo, ontem à tarde, para ser paciente de uma cirurgia.

Uma emissora de rádio chegou a divulgar sua morte, quando anunciou-se que Ernesto estava saindo do hospital de Tenente Portela. Mas Ernesto não morreu. Sobre Jesus Greá pesa a mesma sentença de morte. "É o que mais inspira cuidados", sustentam no hospital de Três Passos, onde também está internado o índio João Maria Crespo.

Em Santo Ângelo, estão hospitalizados Cesar Claudino e Adão Rosa. Em Tenente Portela, estão Artur Pedro, Dorvalino Car-

valho, Armando Sales e Jorge Fong. Em Miraguai, estão Adão Ribeiro, Natalino Sales, Laurindo Emílio e Arlindo Fong. Ao todo, são 13 feridos hospitalizados, mas sabe-se que há outros índios feridos, escondidos nos matos das reservas indígenas.

Sérgio e seu primo Ramão Bento, Sebastião Carvalho e José Leopoldino morreram durante a batalha, no começo da tarde de quinta-feira. Vicente Jorge morreu na madrugada de ontem, no hospital de Santo Ângelo, para onde fora levado depois que os tiros cessaram na Guarita. Os mortos foram enterrados ontem, às 14h30min, no cemitério da reserva de São João de Irapuã, debaixo do choro silencioso dos homens e dos gritos lancinantes das mulheres.

Governador recebeu relatório

O governador Jair Soares ao saber dos acontecimentos na reserva da Guarita, disse ontem que ia manter contato com o ministro Mário Andreazza, do Interior, a cuja área a Funai está vinculada, para relatar-lhe o conflito. O Governador gaúcho explicou que ia pedir uma solução definitiva para o problema.

Jair Soares recebeu à tarde um relatório do comando

da Brigada Militar que se encontra na área, em que foram arrolados de forma sucinta, os grupos que se envolveram na batalha indígena.

RELATÓRIO DA BRIGADA

A Casa Militar do Palácio Piratini divulgou ontem os dados referentes ao conflito entre os índios da reserva de Guarita fixando o

início do conflito como sendo às 11h30min do dia 2 de junho (quinta-feira), tendo sido utilizadas armas de fogo, armas brancas e pedaços de pau. Com a chegada do pelotão especial, deslocado para a reserva por ordem do comandante do 7º BPM, os revoltosos "homiziaram-se nos matos", conforme o relatório.

São indicados como facções envolvidas na luta os índios do posto São João do Irapuã, tendo como cacique Ivo Ribeiro e os índios do posto Guarita, comandados por Domingos Ribeiro.

São relacionados ainda os responsáveis pelos postos: Elídio Belaheta (Irapuã) e Rui Cotrim (Guarita), os índios mortos (cinco) e feridos, num total de 12 que estão nos hospitais de Miraguai, Tenente Portela, Três Passos e Santo Ângelo.

O relatório acrescenta, ainda que se encontra na área o delegado da Funai, Severino Detoni para dar início ao inquérito.

TENHA SEMPRE SEU PRODUTO NA MÃO.

Exportar é o grande negócio para 1983. O Guia e o Anuário das Exportações do Rio Grande do Sul são, hoje, os livros de cabeceira de empresários e autoridades governamentais, agindo diretamente como instrumento de trabalho.

Por tudo isto, a sua empresa e o seu produto não podem ficar de fora. Programe seu anúncio e participe da mais importante publicação sobre este assunto no Brasil.

**ANO
ECONÔMICO**

Uma publicação:
**zero
hora**

REDE BRASIL S.A.

Anúncio no Anuário e Guia das Exportações do Rio Grande do Sul. O primeiro passo para a exportação.

Rua 7 de Setembro, 207 - 5º andar - Fone: 26-9011
Tele: 051-3157 - 90 000 - Porto Alegre - RS

DOS OUTROS.